

TCE/RN em Pauta

Ano XIII - Nº67

Natal/RN

Abril/maio de 2008

LAUREADOS

**Tribunal presta homenagens a personalidades
com relevantes serviços ao Rio Grande do Norte**



Livro resgata a história do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte

PÁGINA

8



RESOLUÇÃO Nº 004/2003 -TCE

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, inciso XIX, da Lei Complementar nº 121, de 1º de fevereiro de 1994, observadas as normas regimentais e

considerando o propósito de reverenciar a memória das pessoas que, ao longo de sua existência, ofereceram relevante contribuição ao desenvolvimento da sociedade, mediante realizações marcantes no campo cultural, político ou técnico-científico;

considerando que o cidadão Dinarte de Medeiros Mariz, ao dedicar a maior parte de sua vida à atividade política, transformou os cargos públicos que exerceu em instrumentos de defesa dos interesses coletivos e de promoção do bem-estar do povo que representou, especialmente como Governador do Estado e como membro do Congresso Nacional;

considerando haver sido da iniciativa de seu Governo a criação deste Tribunal de Contas, o que se deu por meio da Lei nº 2.152, de 20 de novembro de 1957;

RESOLVE

Art. 1.º - Fica instituída, no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, a "Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz".

Parágrafo único - A Medalha instituída neste artigo tem por objetivo reconhecer o mérito de personalidades nacionais ou estrangeiras que hajam prestado relevantes serviços ao Tribunal ou tenham se distinguido, por suas qualidades, no respectivo campo de atuação, podendo também ser concedida, à vista de idênticos motivos, a instituições públicas ou privadas.

Art. 2.º - A condecoração de que trata o artigo anterior consistirá numa medalha cunhada em formato circular, com 38 mm. de diâmetro, e contornada com os dizeres "Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte", tendo ao centro o brasão do Estado, em alto relevo, com 22 mm. de diâmetro.

§1.º - A Comenda será suspensa com fita de 34 mm. de largura, trazendo ao centro uma lista vertical branca, ladeada por duas outras de cor azul, e será acompanhada de uma roseta e do respectivo diploma.

§2.º - A roseta consistirá em um botão circular de 8 mm. de diâmetro, recoberto com a mesma fita da medalha, e o diploma conterá a reprodução da medalha no canto superior esquerdo e dizeres alusivos à condecoração.

Art. 3.º - O Plenário do Tribunal fixará, anualmente, o número de medalhas a serem concedidas, não-excedentes de 8 (oito), e em sessão secreta, exigida maioria absoluta, deliberará sobre as indicações das personalidades ou instituições que serão agraciadas.

§1.º - As indicações, devidamente justificadas, serão encaminhadas ao Chanceler:

- a) duas, pelo Conselheiro-Presidente;
- b) uma, a cargo de cada um dos demais Conselheiros.

Art. 4.º - Em sessão solene do Plenário, em data a ser designada pelo Presidente, a Comenda será outorgada aos Conselheiros que estiverem integrando o Tribunal e aos que, estando vivos, o tenham integrado.

Parágrafo único - A Comenda será também outorgada aos novos Conselheiros, no ato de sua posse.

Art. 5.º - A entrega da condecoração aos homenageados dar-se-á em sessão solene, realizada em cada ano, preferencialmente, no dia 26 de novembro, data da criação do Tribunal.

Parágrafo único - O agraciado que, por motivo de força maior, não puder comparecer à sessão solene para a qual seja convocado, poderá receber a comenda em data diversa, no Gabinete do Presidente do Tribunal.

Art. 6.º - O Chanceler da Comenda será um Conselheiro, escolhido pelo Plenário, observada a maioria dos votos válidos, para um mandato de dois anos.

Parágrafo único - O Chanceler contará com o apoio operacional da Secretaria Geral das Sessões e o assessoramento do seu titular.

Art. 7.º - Os casos omissos serão dirimidos pelo Chanceler, ouvido o Plenário.

Art. 8.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em Natal (RN), 15 de abril de 2003.

Conselheiro TARCÍSIO COSTA
Presidente

Conselheiro ALCIMAR TORQUATO DE ALMEIDA
Vice-Presidente

HAROLDO DE SÁ BEZERRA
GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA
PAULO ROBERTO CHAVES ALVES
RENATO COSTA DIAS
VALÉRIO ALFREDO MESQUITA
Conselheiros

Fui presente: FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES

Procurador Geral do Ministério Público
junto ao Tribunal de Contas, em exercício

TCE/RN em Pauta

Informativo do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte

Conselheiros

Presidente

Paulo Roberto Chaves Alves

Vice-Presidente

Renato Costa Dias

Presidente da 1ª Câmara

Tarcísio Costa

Presidente da 2ª Câmara

Getúlio Alves Nóbrega

Corregedor Geral

Valério Alfredo Mesquita

Alicimar Torquato de Almeida

Maria Adélia de A. S. Souza

Auditores

Marco Antônio de M. R.

Montenegro

Cláudio José F. Emerenciano

Secretário Geral

Gustavo Dias da Silva Neto

Consultor Geral

José Arno Galvão

Procurador Geral Junto ao TCE

Carlos Roberto Galvão Barros

Chefe de Gabinete

Fernando de Araújo Jales Costa

Coordenador de Comunicação Social

João Batista Machado

Editores

Eugênio Parcella

Francisco Francerle

Revisão

Fátima Moraes

Projeto Gráfico e Diagramação

Terceirize (84) 3211-5075

Fotos

Jorge Filho

Impressão

Solução Gráfica - 3613-0616

Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis-
Natal/RN CEP. 59.012-360 -
SITE: www.tce.rn.gov.br
E-mail: tce-ccs@m.gov.br

TCE concede medalha do “MÉRITO DINARTE MARIZ”



Conselheiro Paulo Roberto Alves preside sessão solene que homenageia personalidades

O Tribunal de Contas do Estado concedeu no último dia 04 de abril, a oito personalidades a "Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz", em sessão presidida pelo conselheiro-presidente Paulo Roberto Chaves Alves. Compareceram à solenidade, além dos familiares dos homenageados, autoridades municipais, estaduais e federais, destacando-se a presença do presidente do Senado Federal, senador Garibaldi Alves Filho e dos senadores José Agripino Maia e Rosalba Ciarline; do secretário Marcelo Rosado, representante da governadora Wilma de Faria; da sra. Walda Félix Souza, representante do prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves; o presidente da Assembleia Legislativa, Robinson Mesquita de Faria e o deputado federal João Maia, além de outras autoridades.

Compete ao presidente do Tribunal de Contas a indicação de duas personalidades e aos conselheiros uma indicação cada. Os agraciados e seus respectivos proponentes da medalha foram os seguintes: João Faustino e Victor Facioni (proponente Paulo Roberto Alves) Agaciel Maia (Valério Mesquita), Dom

Heitor de Araújo Sales (Adélia Sales Arruda de Souza); José Bezerra Marinho (Getúlio Nóbrega), José Ivonildo do Rego (Tarcísio Costa); Múcio Nobre (Renato Dias) e Pedro Alcântara Rego Lima (Alcimar Torquato).

Instituída pela Resolução nº 004/2003-TCE, a medalha é concedida anualmente a personalidades que deram relevantes contribuições no campo cultural, político ou técnico-científico à sociedade norte-rio-grandense e ao país. O nome da comenda é uma homenagem ao ex-governador Dinarte Mariz, em cujo governo o Tribunal de Contas do Estado foi criado (1957) e instalado (1961).

O chanceler da medalha, conselheiro Renato Dias, fez a saudação às personalidades condecoradas, dizendo que o mérito é uma forma de reconhecimento do valor presente e uma maneira de preservar as ações do passado. "São valores inegáveis na vida comunitária, nas áreas religiosa, política e da administração pública e privada. As repercussões sociais, econômicas e culturais das atividades dos homenageados são incontestáveis, todos trouxeram sua contribuição à sociedade brasileira". (Veja a íntegra do seu discurso

nas próximas páginas).

Falando em nome dos homenageados, o professor João Faustino disse que se sentia proprietário de um grande tesouro de gratidão. "Esta Corte de Contas nos distingue com a outorga do seu prêmio maior. Os tribunais de contas, hoje, mais do que nunca, se impõem, na estrutura do Estado brasileiro como o ponto de sustentação e de equilíbrio entre a produção, fruto do trabalho e da aplicação correta de recursos arrecadados, como contribuição do cidadão ao Estado. Diria mais que nos TCEs residem os instrumentos mais eficazes da distribuição e da justiça social", disse João Faustino.

Após a solenidade, na presença de autoridades e convidados, foi feito o lançamento do livro "TCE conta a sua história", de autoria da jornalista Auricéia Lima relativo aos 50 anos de criação do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte. Constatou ainda da comemoração do evento, a posição de uma placa comemorativa ao cinquentenário do TCE que foi comemorado no dia 20 de novembro de 2007, com a realização em Natal do 24º Congresso Nacional dos Tribunais de Contas do país.

HOMENAGEADOS DE ANOS ANTERIORES

2003

Genivaldo Barros
Hélio Nelson
José Borges Montenegro
Manoel Benício de Melo Sobrinho
Manoel de Medeiros Brito
Ulisses Bezerra Potiguar
Vauban Bezerra de Faria
José Gobat Alves
Nélio Silveira Dias
Antônio Severiano da Câmara Filho
Oscar Nogueira Fernandes
Álvaro Costa Dias
Aluizio Alves
Diógenes da Cunha Lima
Garibaldi Alves Filho
Geraldo José da Câmara F. de Melo
José Agripino Maia
Paulo de Tarso Fernandes
Vivaldo Silvino da Costa
Wilma Maria de Faria

2004

Fernando Antonio da Câmara Freire
Ivan Maciel de Andrade
Robinson Mesquita de Faria
José Augusto Delgado
Carlos Pinna de Assis
Eider Furtado de Mendonça e Menezes
Francisco Gaudêncio Torquato do Rêgo
Raimundo Nonato Fernandes

2005

Ivan Meira Lima
Flávio Régis Xavier de Moura e Castro
Thiers Vianna Montebello
Francisco Fausto Paula de Medeiros
João Wilson Mendes Mello
Rosalba Ciarlini Rosado
Leonardo Arruda Câmara
Henrique Eduardo Alves

2006

Cassiano Arruda Câmara
Carlos Ernani Rosado Soares
Getúlio Nunes do Rêgo
José Daniel Diniz
Marcelo Navarro Ribeiro Dantas
Maria Soledade de Araújo Fernandes
Salomão Antônio Ribas Junior
Ticiano Duarte

Reconhecimento do MÉRITO



TRECHOS DO DISCURSO DO
CONSELHEIRO RENATO DIAS,
REPRESENTANDO O TCE

Ao fim da década de 50 do século passado, o Brasil e, particularmente, o Nordeste, experimentava um ímpeto de modernização. Isto viria resultar em expansão econômica, consequência da política desenvolvimentista do governo Kubistchek, exemplificada na região, pela fundação e funcionamento da SUDENE.

Neste contexto, pela Lei nº 2.152 de 20/11/1957, foi instituída esta Corte de Contas pelo Governador Dinarte Mariz. Como outros Estados da Federação, o Rio Grande do Norte procurava adaptar-se à nova realidade, modernizando suas estruturas administrativas e habilitando-se aos investimentos necessários ao progresso e melhoria das condições de vida da comunidade.

Assim sendo, se demorarmos o olhar sobre a personalidade e ação administrativa de Dinarte Mariz, concluiremos que não é casual o fato de que tenha se seguido à criação deste Tribunal a fundação da Universidade do Rio Grande do Norte, responsável por uma nova feição econômico-social no Estado. Bastariam estas duas instituições para delinear a fisionomia do seu criador e do seu governo.

Como bem disse Paulo de Tarso

Fernandes: *"No curso de sua História, o Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte traçou curva ascendente no respeito que os norte-rio-grandenses lhe tributamos. Severo, mas não despótico; enérgico, mas sem abdicar do dever de arbitrar os conflitos, e mediar os mais legítimos interesses políticos da sociedade e da Administração, este Tribunal pôde assim agir porque teve, entre seus membros figuras de Especial valor cívico na vida pública do Estado"*.

Em 15 de abril de 2003, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte instituiu a Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz para homenagear àqueles que ofereceram relevante contribuição ao desenvolvimento da sociedade, mediante realizações no campo cultural, político ou técnico-científico.

O mérito não é uma louvação vazia. É uma forma de reconhecimento do valor presente e uma maneira de preservar ações do passado. Como dizia o próprio Dinarte Mariz: *"Sei dos milagres e das maravilhas que faz a memória na preservação e guarda do passado (...) Li, certa vez, que aquele que recolhe e conta lembranças de uma longa vida, deve em primeiro lugar perguntar a si mesmo: que me aconteceu de extraordinário?"*.

Hoje, tenho a honra de, em nome desta Corte de Contas, responder o que aconteceu de extraordinário aos oito agraciados deste ano. São valores inegáveis na vida comunitária, nas áreas religiosa, política e da administração pública e privada. Trouxeram todos sua contribuição cultural à vida brasileira. Seria suficiente declinar-lhes o nome, mas não me furto à justiça de aduzir, neste momento, algumas realizações que, tenho certeza, não esgotam seu valor e sua personalidade.

É interessante realçar que dos oito agraciados, quatro são professores da UFRN. É fato digno de nota no ano que a Instituição, criada por Dinarte Mariz, comemora, a exemplo deste Tribunal de Contas, seu cinquentenário.

As repercussões sociais, econômicas e culturais das atividades dos homenageados são incontestáveis. Todos e cada um fizeram acontecer algo de extraordinário, mesmo sem se darem conta disso. Como o disse a pensadora cristã Marie Noel: *"Devemos fazer tudo de bom e de belo que pudermos, enquanto pudermos; e quando nada mais de bom e de belo pudermos fazer, o bom e o belo que fizermos continuará, sem nós, seu movimento"*.

Conc

Sinto-me, juntamente com todos os que aqui estão sendo homenageados, proprietário do grande tesouro da gratidão. Não poderia ser outra, a palavra primeira, senão a palavra de gratidão. Somos, Senhor Presidente Paulo Roberto Alves, gratos por esta homenagem e por este momento.

Confesso que ao acolher a responsabilidade de expressar a esta Corte a honra que nos é conferida, pensei e supus que enfrentaria dificuldades, pois as circunstâncias deste momento são profundamente plurais em sentimentos, em reconhecimento e, acima de tudo, repito, em gratidão.

Esta Corte de Contas nos distingue com a outorga do seu prêmio maior, dando-nos a exata medida de que a concessão é generosa e que somente a expressão máxima do agradecimento será capaz de retribuir a este Tribunal a magnitude deste gesto.

Recebemos esta homenagem num momento singular da nossa história. Os conceitos de Estado, de cidadão, de família, de cidade passam por transformações profundas, que tiveram seu início com a nossa geração, quando, em maio 1968, jovens ocuparam as avenidas de Paris e de tantas outras localidades, numa eloqüente demonstração de que o mundo não seria mais o mesmo. Foi a partir daí que a nossa geração passou a delinear, prematuramente, um novo paradigma para história da humanidade.

O surgimento desse conceito avançado tem sido a marca de uma sociedade que nasce e aparece no contexto humano. Foi essa marcha irreversível, de uma concepção nova das relações do Estado com a sociedade e com o cidadão, que fez nascer esse novo momento.

Na organização desse Estado e na transição que se faz sentir, nem sempre as leis elaboradas traduziram a verdadeira necessidade de um novo ordenamento flexível, ajustado aos tempos que são mutáveis.

Diria, com muita convicção, que nos Tribunais de Contas reside o elo de li-

Passão GENEROSA

ção entre os tempos passado, presente e futuro. Na sociedade, os hábitos podem mudar, os conceitos podem ficar ultrapassados, mas o ordenamento contábil e a fiscalização na aplicação dos recursos coletivos ultrapassam os limites de quaisquer mudanças, por mais necessárias que elas sejam.

Os Tribunais de Contas, hoje mais do que nunca, se impõem na estrutura do Estado brasileiro, como o ponto de sustentação e de equilíbrio entre a produção, fruto do trabalho, e a aplicação correta dos recursos arrecadados, como contribuição do cidadão ao Estado. Diria mais que nos Tribunais de Contas residem os instrumentos mais eficazes da distribuição de renda e da justiça social.

Certa ocasião ouvi do Governador Tarcísio Maia, de quem aprendi, no exercício da minha vida pública, consistentes lições, a expressão: "Dinheiro do povo é coisa sagrada. Quando desviado se comete uma verdadeira agressão ao ser humano e à coletividade". Posições como esta valorizam e enaltecem o papel dos Tribunais de Contas, conferindo-lhes mais responsabilidades na construção do papel institucional do Estado.

Mas, senhor presidente e senhores conselheiros, confesso que, o que mais me estimulou no cumprimento da missão de representar os homenageados nesse momento de gratidão, foi o de perceber que todos eles, sem exceção, construíram comigo, ao longo da minha vida, vínculos de amizade e afetividade que, até hoje, se projetam na minha memória e na minha existência.

Portanto, aqui estamos interpretando a voz e o sentimento de todos os homenageados, para reafirmar a nossa convicção de que queremos este Tribunal exercendo a plenitude de suas atribuições; sendo um instrumento de eficiente fiscalização.

Em passado não muito distante, quando aqui discursou em solenidade idêntica a esta, o jurista Paulo de Tarso Fernandes afirmou "que este Tribunal nascera marcado por paixões, e fora

ungido por batismo de fogo. A luta político-partidária havia marcado o seu nascimento. Todavia digo, nada, absolutamente nada, se constituiu em obstáculo intransponível para sua consolidação como órgão técnico apto a processar, com isenção, os julgamentos que se lhe impuseram no decorrer de sua existência".

Por aqui passaram homens que honraram esta casa e a ela ofereceram o melhor de sua inteligência. Não posso deixar de lembrar Romildo Gurgel, Múrcio Ribeiro Dantas, Severino Lopes, Morton Mariz, José Petronilo, Paulo Gonçalves, Vauban Bezerra de Faria, José Vinício, José Borges Montenegro, Mota Neto, José Varela, Aldo Medeiros. A estes se somam, com idênticas características, os ilustres conselheiros contemporâneos Manoel de Brito, Haroldo Bezerra, Hélio Nelson, Genivaldo Barros, Oscar Nogueira e os auditores Ticiano Duarte, Sanderson Negreiros, Aécio Emerenciano e Raimundo Torquato de Figueiredo.

Mas, senhor presidente, deixei para este final a referência ao nome de uma mulher extraordinária que presidiu, por duas vezes, esta Corte de Contas. Mulher simples, nascida lá no extremo do Rio Grande do Norte, na serra de Luís Gomes, onde não havia nem luz, nem água encanada, para aqui se constituir na primeira mulher a integrar este Tribunal e também a primeira a presidir, no Brasil, uma corte de contas. Refiro-me, com muita saudade, a Lindalva Torquato Fernandes, mãe de Sônia, minha mulher e companheira há 42 anos.

É verdade que este Tribunal tem a marca das paixões. Paixões que aqui chegaram acompanhando o perfil do seu criador, governador Dinarte Mariz. Tudo produzido por Dinarte tinha a marca da paixão. Nele não havia espaço para acomodação, para indiferença, para contem-

plação inconsequente. Foi essa paixão que fez da criação do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte uma instituição irreversível que cresceu, amadureceu e hoje é exemplo para muitos dos seus congêneres. A Resolução no 004/2003-TCE, por meio da qual esta Comenda foi instituída, fez enaltecer, com muita justiça, o nome do seu patrono como símbolo de persistência e gratidão.

Assim, senhor presidente Paulo Roberto Chaves Alves, senhora e senhores conselheiros Alcimar Torquato, Getúlio Nóbrega, Tarcísio Costa, Renato Dias, Valério Mesquita e Adélia Arruda Sales,

gravo aqui as nossas palavras de gratidão, transmitindo-lhes a certeza de que esta instituição passa a fazer parte dos nossos anseios, da nossa luta diária na busca do Estado pleno de direito; dos nossos sonhos por uma sociedade mais justa e mais humana; dos nossos esforços por uma melhor distribuição de renda; dos nossos desejos por uma estrutura pública honesta e eficiente. Haveremos de honrar este momento e exibir esta medalha como símbolo de fé e confiança no futuro do nosso Estado e do nosso país.

Muito o brigado.

NA SOCIEDADE, OS HÁBITOS PODEM MUDAR, OS CONCEITOS PODEM FICAR ULTRAPASSADOS, MAS O ORDENAMENTO CONTÁBIL E A FISCALIZAÇÃO NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS COLETIVOS ULTRAPASSAM OS LIMITES DE QUAISQUER MUDANÇAS, POR MAIS NECESSÁRIAS QUE ELAS SEJAM

TRECHOS DO DISCURSO PRONUNCIADO PELO PROFESSOR JOÃO FAUSTINO, REPRESENTANDO OS HOMENAGEADOS



GALERIA DOS HOMENAGEADOS

Agaciél da Silva Maia

É economista e diretor-geral do Senado Federal. Bacharelou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Brasília, com cursos de pós-graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas e Especialização em Orçamento Público pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Natural de Jardim de Piranhas/RN, é autor de vários livros, entre eles, "Parlamentares do Rio Grande do Norte - Deputados do Império à República", "O Senado e seus Presidentes", "Dinarte Mariz - vida e luta de um potiguar" e "Tempo de Transformação". A serem editados: "De Rui Barbosa a Lula (o Brasil em frases)", "Governadores do Rio Grande do Norte do Império à República". O Economista e escritor Agaciél Maia é detentor de várias comendas civis e militares, além de títulos honoríficos conferidos por órgãos e entidades do Estado e do País.



Dom Heitor de Araújo Sales

É arcebispo emérito de Natal. Natural de São José de Mipibu/RN, concluiu o doutorado em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Lateranense em Roma, onde também bacharelou-se em Direito Civil pela mesma universidade. Defendeu tese de doutorado "Apontamentos sobre a santa missa", concluiu os cursos de Filosofia e Teologia no Seminário Maior de Fortaleza/CE, onde foi ordenado sacerdote em 03.12.1950.

Depois de exercer a função sacerdotal em paróquias do interior e da capital, o padre Heitor foi professor das primeiras turmas do curso de Serviço Social do Rio Grande do Norte da UFRN. Foi pró-vigário geral da Arquidiocese, membro do Tribunal Eclesiástico da Arquidiocese e professor do Seminário de São Pedro e da UFRN. Foi bispo da Diocese de Caicó em 1978 e arcebispo de Natal em 1993, tornando-se arcebispo emérito em 2004.



João Faustino Ferreira Neto

É secretário de Assuntos Parlamentares do governo de São Paulo. Natural de Recife/PE, o professor João Faustino é licenciado em Pedagogia e Matemática pela UFRN, com cursos de pós-graduação em Administração Pública Escolar e Técnicas de Ensino pela Michigan University, nos Estados Unidos, e pós-graduação em Finanças Públicas, pela Fundação Getúlio Vargas, e em Metodologia da Ciência, pela UFPB.

Deputado Federal em quatro legislaturas, presidiu a Comissão de Educação da Câmara Federal. Atualmente é suplente de senador da República. Exerceu ainda os cargos de vice-presidente do Instituto de Previdência Congressista e secretário de Assuntos Federativos da Presidência da República, além de subsecretário geral da Presidência da República e ministro interino da Secretaria Geral da Presidência de República. Foi diretor da ETFERN, delegado do MEC no RN e Secretário de Estado da Educação do Rio Grande do Norte, por duas vezes.



José Bezerra Marinho Júnior

É bacharel em Direito pela UFRN, na qual se tornou professor de Fundamento Científico da Comunicação do Curso de Comunicação Social, além de professor-coordenador do curso de pós-graduação em Administração. Natural de Natal/RN, o professor José Bezerra Marinho coordenou os programas de Desenvolvimento Gerencial do Ministério da Fazenda (1992/1993) e de Modernização da Secretaria de Inspeção do Ministério do Trabalho e do Emprego (1999/2000).

Foi secretário-chefe do Gabinete Civil do governo do Estado do Rio Grande do Norte, secretário de Comércio, Indústria e Turismo, por duas vezes, tendo assumido o mandato de deputado suplente. Foi diretor do Grupo Odebrecht. Consultor do primeiro-ministro de Angola, consultor da FALCON OIL e do grupo Antonio Mos-

quito - Angola/Portugal, e ex-diretor do SENAI do Rio Grande do Norte. Professor de Doutrina Social da Igreja no Seminário da Arquidiocese de Natal. Atualmente é vice-presidente da PHE-UNION, importadora e exportadora com sede no Rio de Janeiro.



José Ivonildo do Rêgo

Natural de Pau dos Ferros, é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e seu reitor, pela terceira vez, escolhido em processo eletivo pela comunidade universitária. Graduado em Engenharia Elétrica na própria UFRN, fez mestrado e doutorado em Engenharia Elétrica na Universidade Federal do Rio de Janeiro e, posteriormente, pós-doutorado em Controle de Processos Eletrônicos

na Universidade do Texas, Estados Unidos. Foi diretor do Centro de Tecnologia da UFRN e, uma vez investido no cargo de reitor, passou a exercer expressiva liderança no sistema universitário brasileiro, chegando a presidir a ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Atualmente, dá cumprimento ao seu terceiro mandato à frente da Reitoria da UFRN.



Múcio Nobre

É Bacharel em Direito e Ciências Sociais pela UFRN e Juiz de Direito. Foi Assessor Jurídico e Procurador do DER, Juiz de Direito de Terceira Entrância da Comarca de Natal, membro da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais, presidente da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do RN. Foi professor da Escola da Magistra-

tura nas disciplinas de Juizado Especial Cível, Conciliação, Crimes de Trânsito e Estatuto do Desarmamento. Juiz convocado para exercer, em substituição, o cargo de desembargador no Tribunal de Justiça do RN.



Pedro Alcântara Rego Lima

É empresário nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, no ramo da industrialização do café, com cursos de treinamento técnico e capacitação empresarial em vários países da Europa, América Latina, Continente Asiático, Estados Unidos e Leste Europeu. É membro da diretoria da

Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC e da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte - FIERN. Diretor para o mercado interno e externo da Associação Brasileira das Indústrias de Café, além de delegado representante da FIEC junto ao Sindicato dos Cafeicultores.



Victor José Faccioni

Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil. Gaúcho de Caxias do Sul é jornalista, contabilista, economista e bacharel em Direito. Foi vereador em sua terra, deputado estadual e deputado federal em quatro mandatos, inclusive constituinte de 1988, onde teve uma destacada atuação na elaboração da Carta Magna do país. Secretário de Estado-Extraordinário e chefe

da Casa Civil do governo Euclides Trichês (1971 a 1975), Secretário de Estado de Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas do Rio Grande do Sul no Governo Amaral de Souza (1979 a 1980).

Tem curso de Especialização em Gerência Administrativa em Turim/Itália e Administração Municipal na Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional, em Berlim. Diretor Regional de Operações do BRDE (Banco Regional do Extremo Sul). Em 1998 assumiu o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul por indicação da Assembleia Legislativa. Na Corte de Contas assumiu todos os cargos eletivos até chegar à presidência da ATRICON eleito para o biênio 2005/2006 e reeleito para 2007/2008.



RESGATE da história do TCE

Encerrando as comemorações alusivas aos 50 anos do TCE, logo após a solenidade de entrega das medalhas do Mérito Seabra Fagundes às autoridades, o presidente do Tribunal, Paulo Roberto Chaves Alves fez o descerramento da placa marcando a data e também o lançamento do livro "TCE conta sua história", organizado pela jornalista Auricéia Antunes de Lima. Com 272 páginas, enriquecida com muitas fotografias, o livro é dividido em seis capítulos, com a peculiaridade de que muitos dos textos foram produzidos, inicialmente, pelos personagens que construíram e constroem a história do Tribunal de Contas do Estado.

O presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto, explica na apresentação que a obra tem como objetivo resgatar os pormenores da história do Tribunal de Contas, da sua implantação na década de 60 até os dias atuais. No livro, "estão ressaltados os bastidores da batalha jurídica, travada em torno da sua legitimidade, até à decisão definitiva da Suprema Corte que pôs fim à controvérsia, reconhecendo a constitucionalidade da lei estadual que o criou", relata, acrescentando que, "a partir deste fato histórico, o TCE pôde instalar-se e cumprir o desiderato constitucional para o qual fora criado, fiel ao ideário de Rui Barbosa, o criador do Tribunal de Contas de União. Posteriormente, a iniciativa do conceituado jurista chegava aos estados e municípios".

Para Enélio Lima Petrovich, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, "a abordagem em torno do Tribunal de Contas proporciona maiores conhecimentos acerca do órgão, e, dessa forma, valoriza e destaca as atividades ali executadas". Na orelha do livro, o coordenador de comunicação social do TCE, João Batista Machado, destaca: "A jornalista Auricéia Antunes de Lima bateu a poeira do tempo e resgatou, num criterioso trabalho de pesquisa, depoimentos de personagens que, há meio século, construíram a história do Tribunal de Contas do Estado... Este livro destaca parte dessa luta nos bastidores conforme os depoimentos emocionados de dois fundadores, os conselheiros aposentados Oscar Nogueira Fernandes e José Borges Montenegro, relembrando a batalha judicial da qual resultou a consolidação definitiva da instituição".

